

As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal

Cultural squatting in the city of São Paulo and the struggles against the neoliberal city

Aluízio Marino, Gerardo Silva*

Resumo

As ocupações urbanas se apresentam, no mundo inteiro, como estratégias de luta pelo direito à cidade, em formas múltiplas e variadas. No Brasil, em particular, essas ocupações são de longa data e podem ser rastreadas nos primeiros quilombos urbanos. As ocupações culturais, embora mais recentes, são parte dessas experiências. São espaços comuns onde pessoas e coletivos desenvolvem diversas ações culturais de forma autônoma. Acontecem majoritariamente na periferia, em equipamentos e espaços públicos ociosos. Além de cumprir sua função social, ocupar os transforma em lugares de produção cultural coletiva e emancipatória, referência em seus territórios e para os circuitos culturais e das lutas na metrópole. O artigo apresenta o embate das ocupações culturais com um urbanismo neoliberal em pauta na cidade de São Paulo nas últimas duas décadas, e que ganhou força especialmente a partir de 2017. A lógica da privatização em grande escala das terras e bens públicos representa um dos pilares (senão o principal) desta nova fase do urbanismo neoliberal na cidade de São Paulo, ameaçando diretamente a permanência desses espaços ocupados. O artigo também apresenta uma experiência concreta de articulação e resistência de coletivos culturais contra essa lógica. Essa experiência, organizada em torno do Bloco de Ocupações, é compreendida como uma demonstração de “cidadania insurgente”, cidadania que se conquista a partir de experiências concretas na luta pelos direitos, e que assume, no âmbito da cidade (ou da metrópole), uma dimensão específica: o direito de fazer parte dela de maneira igualitária e sem distinções.

Palavras-chave: Ocupações urbanas; ocupações culturais; periferia; urbanismo neoliberal; cidadania insurgente

Abstract

Urban squatting are recognized worldwide as strategies to fight for the right to the city, in multiple and varied forms. In Brazil these occupations are longstanding, and can be traced back to the first urban quilombos. Cultural squatting, although more recent, are part of these experiences. They are urban commons where people and collectives develop various cultural and autonomous actions. They mostly happen the peripheries, in public unoccupied or underused spaces. In addition to fulfilling their social function, their occupation transforms them into places of collective and emancipatory cultural production, a territorial reference for these peripheries and for the cultural circuits in the metropolis. The article presents the struggles of cultural occupations with a neoliberal urbanism agenda in course over the last two decades in the city of São Paulo, which became bigger especially from 2017 on. The logic of large-scale privatization of land and public goods represents one of the pillars (if not the main one) of this new phase of neoliberal urbanism, directly threatening the permanence of these occupied spaces. We also present here a concrete experience of the articulation and resistance of cultural collectives against the referred neoliberal logic. This experience, organized around the Bloco de Ocupações, is understood as a demonstration of “insurgent citizenship”, a citizenship that is obtained from concrete experiences in the struggle for rights, and which assumes, within the city (or the metropolis), a specific dimension: the right to be part of the city, equally and without distinction.

Keywords: Urban squatting; cultural squatting; periphery; neoliberal urbanism; insurgent citizenship.



Introdução

As ocupações urbanas se apresentam, no mundo inteiro, como estratégias de luta pelo direito à cidade, em formas múltiplas e variadas. Em alguns casos, elas respondem a um movimento afirmativo de interpelação das formas tradicionais de acesso à moradia, seja pública ou privada – o que se traduz em um duplo questionamento da propriedade privada, isso é, tanto no nível material quanto simbólico. É o caso, por exemplo, dos *squatters* e outros movimentos anarquistas na Europa e nos Estados Unidos. Em outros casos, as ocupações acontecem principalmente por força da necessidade – ocupar como ato de existência –, ou seja, pela incapacidade do sistema de prover moradia digna à maioria dos seus cidadãos. Sem dúvida, é esta a forma predominante nas cidades latino-americanas e brasileiras (o que não significa, evidentemente, que não possam ser encontradas nos países centrais, sobretudo no atual contexto neoliberal).

No Brasil, em particular, essas ocupações são de longa data, e podem ser rastreadas nos primeiros quilombos urbanos, à medida em que se aproximava a abolição da escravidão (ROLNIK, 2007; HENGER & SALVADOR, 2014). Porém, são reconhecidamente as favelas as que primeiro colocaram em evidência o fenômeno das ocupações urbanas. Sabe-se que a primeira favela brasileira foi constituída pelos soldados ex-combatentes da guerra de Canudos (1896-1897), no Morro da Providência, Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005). Desde então, as mesmas não pararam de crescer e de se afirmar como parte da paisagem urbana de todas as cidades brasileiras – e, conseqüentemente, das lutas sociais pelo direito à moradia e à cidade. De acordo com dados do IBGE, em 2010, ano do último censo populacional, 11.4 milhões de pessoas moravam em favelas, isso é, ao redor de 6% da população total do país – o que representava, em termos absolutos, um aumento de mais de 60% desde 1991.

Uma outra modalidade de ocupação, presente nas periferias das grandes metrópoles, é a ocupação de terrenos vazios para autoconstrução, que consolidaram bairros que, à diferença das favelas, seguem ou tentam se adequar aos parâmetros da cidade formal. Como esse tipo de ocupação acompanha o processo centrífugo de deslocamento da produção industrial, e avança sobre os antigos subúrbios, ele é constituído principalmente de trabalhadores de chão de fábrica ou de serviços vinculados à produção que, dependendo do ciclo econômico, conseguem estabilizar sua condição econômica e “regularizar” suas moradias – muitas vezes após terem sido removidos mais de uma vez. Essa experiência faz parte, por exemplo, do desenvolvimento do ABC paulista, no período em que a “periferia” substituiu o “subúrbio” (cf. MARTINS 2008).

Por último[1], e também por causa das suas especificidades, as ocupações nas áreas centrais representam uma forma de apropriação do espaço urbano bastante difundida nas cidades brasileiras (em

1. O que não esgota as formas de ocupação urbanas. Mais recentemente verificamos, por exemplo, a ocupação de terrenos como estratégia de luta e disputa institucional adotada por movimentos de moradia que disputam recursos da política habitacional; e também ocupações como forma de negócio e controle territorial.

particular nas grandes cidades e/ou metrópoles). Trata-se de um fenômeno relativamente recente em comparação com os anteriores, porém de uma significação política bastante importante pelo seu impacto midiático. Em geral, trata-se da ocupação de prédios abandonados ou em desuso nas áreas centrais. Produto de um progressivo abandono das elites locais, com efeito, e consequência, em parte, da sua excessiva especialização funcional, essas mesmas áreas centrais tornam-se hoje objeto de interesse pela recuperação e valorização imobiliária, entrando em conflito com as formas de ocupação popular existentes – em São Paulo, as ocupações Mauá, Prestes Maia e Hotel Cambrigde estão entre mais conhecidas (cf. PARRA, 2019).

Ora, o que todas essas formas de ocupação urbana têm em comum é o fato de contestarem a cidade instituída, suas normas e seus “estriamentos” (nas palavras dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari). Por um lado, como dissemos, trata-se do problema da moradia, ou da falta dela, para um enorme contingente de famílias que são obrigadas a assumir essa forma de luta (as ocupações) para poder desenvolver estratégias de vida em condições menos precárias do que a situação de rua. Assim, como afirma Guilherme Boulos (2012), quando ocupar é a única alternativa, não estamos falando de um crime, mas de um direito. Por outro lado, entretanto, as ocupações representam mais do que meras estratégias de sobrevivência, elas também colocam em evidência contradições insolúveis do sistema na qual estão imersas e são portadoras de experiências políticas relevantes tanto na recusa das práticas urbanas hegemônicas, quanto na ressignificação dos sentidos do direito à cidade (cf. HARVEY, 2014).

Embora sem as premências das anteriores, porém não menos significativas, as ocupações culturais também fazem parte dessas experiências. Tratam-se, basicamente, de espaços públicos ociosos ressignificados para espaços comuns (ou seja, que não podem ser privatizados pelos usuários nem estão sujeitos às formas tradicionais de gestão pública ou estatal), onde pessoas e coletivos desenvolvem diversas ações culturais de forma autônoma. A ausência de espaços onde os coletivos possam realizar suas ações é uma das principais motivações para ocupar – tendo como pano de fundo as limitações e/ou os cerceamentos das políticas culturais institucionais que, como no caso das ocupações por moradia, não deixam outra alternativa.

Configuram-se como espaços comuns, pois, além de cumprir sua função social e pública, o ato de ocupar os transforma em lugares de produção cultural coletiva, autônoma e emancipatória. As ocupações se configuram hoje como pontos de referência em seus territórios, articulando agendas e demandas comunitárias, bem como para os circuitos da cultura, da educação popular e dos movimentos autonomistas na cidade.

Certamente, as ocupações culturais são mais flexíveis que as

anteriores, podendo inclusive adotar estratégias do tipo TAZ[2] (Zona Autônoma Temporária), tal como propostas por Hakim Bey (2001). Contudo, existem também ocupações que assumem feições mais permanentes e que enfrentam importantes desafios de organização (e de resistência) ao longo do tempo. Os exemplos debatidos neste artigo, cuja finalidade principal é a de pôr em evidencia o embate político das ocupações culturais da cidade de São Paulo contra as tentativas de impor um regime neoliberal “sem restrições”, correspondem a essa realidade.

A seguir, dividimos a nossa exposição em três partes. Na primeira, realiza-se um mapeamento das experiências em curso. É importante ressaltar que as ocupações culturais aqui singularizadas pertencem ao universo das ocupações culturais protagonizadas por sujeitos periféricos[3] (TIARAJU, 2013), organizados em coletivos culturais[4], e não ao conjunto das ocupações culturais da cidade de São Paulo. Em termos gerais, essas ocupações estão localizadas em regiões desprovidas de serviços públicos voltados à cultura e sua organização surge como uma exigência de grupos culturais e das comunidades. Por outro lado, neste artigo, trabalhamos com experiências de ocupação cultural em equipamentos e espaços públicos ociosos, o que supõe um tipo particular de relação com os governos locais.

A segunda sessão apresenta o embate das ocupações culturais com um “urbanismo neoliberal” em pauta na cidade de São Paulo nas últimas duas décadas, e que ganhou força especialmente a partir de 2017. Na terceira sessão, apresentamos uma experiência concreta de articulação e organização dos coletivos de cultura em torno das alternativas/potencialidades e desafios/limites relacionados à ocupação e gestão compartilhada desses espaços. Por fim, elaboramos uma conclusão em termos de “cidadania insurgente”.

1. Uma cartografia das ocupações culturais nas periferias de São Paulo[5]

As periferias e territórios populares de São Paulo são marcados, desde sua formação, por manifestações culturais que se apropriam do espaço público, com destaque aos grupos de cultura popular, dentre eles as rodas de tiririca[6] e cordões de samba (MARCOS, 1973). Além dos grupos de cultura popular, as associações de bairro que lutaram pela consolidação dos bairros periféricos ocupavam espaços para o desenvolvimento de atividades, festas comunitárias e atendimento a demandas locais.

Entretanto, as primeiras ocupações culturais com a fisionomia das atuais de que temos notícia, surgem no início do século XXI, na zona leste da cidade. No bairro Patriarca, em 2002, temos a ocupação de um galpão subutilizado pelo coletivo Dolores Boca Aberta. Em 2003, na cidade Tiradentes, o grupo de teatro Pombas Urbanas ocupou e

2. Um exemplo de zona autônoma temporária foi a experiência da ocupação Laboratório Compartilhado TM13. Localizada na antiga escola de balé do Teatro Municipal, no Vale do Anhangabaú, mesmo local que na época sediava a *Fifa Fun Fest* em São Paulo, a ocupação desenvolvia uma série de atividades culturais no local e criticava os resultados do evento ligado à Copa do Mundo no Vale do Anhangabaú, especialmente a expulsão de uma população em situação de rua que se concentra há décadas nesse local (FELIPE, 2014).

3. O sujeito periférico, de acordo com Tiaraju (2013, p. 15), é o “morador da periferia que passa a atuar politicamente a partir de sua condição de orgulhoso dela”. “A posse do orgulho periférico é a expressão da existência de uma nova subjetividade. No entanto, a transformação em sujeito periférico só ocorre quando essa subjetividade é utilizada politicamente, com organização coletiva e ações públicas”.

4. A partir da década de 1990 surgem vários coletivos culturais nos bairros periféricos de São Paulo. São quatro motivos principais que explicam esse fenômeno: (i) a possibilidade de fazer política em um momento de enfraquecimento das representações tradicionais (partidos, sindicatos, movimentos sociais); (ii) a necessidade de sobrevivência material; (iii) a luta pela pacificação, contra o genocídio e o encarceramento da população periférica; e (iv) a compreensão do fazer artístico emancipatório.

5. Um dos autores deste artigo participa ativamente dos movimentos culturais aqui descritos. A abordagem metodológica é a pesquisa-ação (BORDA, 1978) combinada com a elaboração de cartografias críticas, configurando uma pesquisa-ação-cartográfica.

7. Jogo de rasteiras semelhante à capoeira.

transformou um antigo galpão da Companhia Estadual de Habitação (COHAB). Ambas as ocupações permanecem ativas e com o envolvimento de outros coletivos culturais, o que demonstra a capacidade de articulação política e multiplicação dessas experiências.

Foi a partir de 2013, entretanto, na esteira da brecha democrática aberta pelas jornadas de junho (cf. SILVA; CORSINI; 2015), que as ocupações culturais se multiplicam na cidade. Uma das mais emblemáticas desse período foi a ocupação de uma antiga base da Guarda Civil Metropolitana no distrito de Cidade Tiradentes. A base, que fora abandonada em 2006 à época dos ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital) contra agentes e instituições de segurança pública na cidade, hoje é uma escola de skate e galeria de arte. O coletivo Love CT (“Love” de amor, e “CT” de Cidade Tiradentes) realiza oficinas de skate e diversas atividades voltadas principalmente para as crianças do entorno.

LINHA DO TEMPO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS



Imagem 1. Linha do tempo das Ocupações Culturais (Elaboração: Aluizio Marino)

Não por acaso, também em 2013, nasce o Bloco de Ocupações Culturais de Espaços Públicos (mais conhecido como Bloco de Ocupações), uma articulação entre os coletivos responsáveis por ocupações culturais. Essa articulação nasce no bojo do Movimento Cultural das Periferias (MCP), que se consolida como força política na 3ª Conferência Municipal de Cultura. Por se tratar de uma mudança de

paradigma nas disputas políticas da cidade, vale a pena relatar brevemente o surgimento do MCP.

Na 3ª Conferência Municipal de Cultura, realizada entre julho e agosto de 2013, o MCP se colocou como uma representação dos coletivos periféricos da cidade de São Paulo. Naquele momento, a presença do MCP era uma novidade para a dinâmica das conferências municipais de cultura, dominadas até então por grupos de interesse ligados às linguagens artísticas, em especial ao teatro, a dança e ao audiovisual. A presença do MCP traz uma mudança de paradigma, pois coloca o território como dimensão de disputa da política cultural, subvertendo a lógica presente até então, ancorada nas disputas entre linguagens artísticas, muitas vezes com cunho corporativista.

Uma das principais pautas defendidas pelo movimento consistia nas demandas do Bloco de Ocupações, resumidas no reconhecimento cultural e social das ocupações culturais na cidade, já que foram historicamente estigmatizados e criminalizados. A pressão surtiu efeito e a quarta proposta mais votada na conferência (com 181 votos) contemplou:

Mapear e regularizar os espaços públicos, privados (e/ou tombados) ociosos, para serem ocupados e revitalizados por grupos culturais, com fins de utilização, através de concessão de uso, desapropriação ou instrumento jurídico pertinente. (VAL et. al. 2014)

Por regularização dos espaços, o movimento compreendia a concessão pública para que os coletivos pudessem desenvolver suas atividades com autonomia e segurança jurídica. A conferência teve um caráter estratégico para o movimento, já que foi um momento de encontro entre coletividades dos diferentes territórios populares da cidade. Entretanto, ela foi apenas o começo; a partir desse encontro, houve um aprofundamento das disputas institucionais.

O MCP conseguiu avanços indiscutíveis ao ocupar os espaços institucionais e tensionar o poder público. Ao mesmo tempo, a gestão municipal, durante o período de 2012 a 2016, abriu espaços de diálogo que possibilitaram isso. Entretanto, todo esse acúmulo de participação social não se traduziu em uma política concreta para as ocupações, permanecendo as mesmas ilegais (com exceção do Centro Cultural Arte em Construção que, representado pelo Instituto Pombas Urbanas, conseguiu um termo de cessão de uso do espaço por até 20 anos). Em 2015, em carta pública endereçada ao prefeito Fernando Haddad e ao Secretário de Cultura Nabil Bonduki, o Bloco de Ocupações ainda demandava, entre outras reivindicações, a consideração das propostas votadas na 3ª Conferência Municipal de Cultura, a saber:

O repasse desses equipamentos à Secretaria Municipal de Cultura para que esta estabeleça a legalização dos espaços por instrumento de contrato de comodato entre os coletivos e o município, assim como o

Tabela 1 – Total de ocupações culturais das periferias e órgão responsável pelo equipamento (fonte: Bloco de Ocupações, 2018)

cumprimento de seu papel de fomentar políticas públicas que reconheçam, legalizem e apoiem a gestão autônoma desses coletivos (MOVIMENTO CULTURAL DAS PERIFERIAS).

Com a mudança da gestão municipal em 2017, houve uma transformação radical no perfil da gestão da cultura na cidade. Nesse contexto, o MCP e o Bloco de Ocupações adotam outras estratégias para garantir a permanência dos espaços ocupados. Inicialmente realiza a atualização do mapeamento dos espaços ocupados, identificando pelo menos vinte ocupações culturais na cidade de São Paulo. Dessas, dezenove estão em imóveis ou terrenos ociosos de propriedade municipal (tabela 1). O objetivo principal desse mapeamento era identificar o máximo de espaços possíveis para alinhar uma estratégia comum de luta.

Órgão responsável pelo equipamento	Ocupações mapeadas
COHAB	4
Secretaria Municipal de Educação	4
Subprefeituras	3
Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	3
Secretaria Municipal de Esportes	1
Secretaria Municipal de Obras	1
Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente	1
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	1
Secretaria Municipal de Gestão	1

Grande parte desses espaços ocupados corresponde a antigas unidades comerciais da COHAB. Lojas e galpões construídos próximos aos conjuntos habitacionais e que inicialmente abrigaram comércio e serviços: mercados, farmácias, bares, *Lan Houses*, locadoras e lanchonetes. Entretanto, a inexistência de programas que estimulassem a permanência dos comerciantes e o desenvolvimento da economia local, somado ao foco exclusivo da COHAB na dimensão habitacional, sem compreender a relação do morar com outras dimensões do cotidiano dos bairros, dentre elas o comércio e a cultura, fez com que muitas desses equipamentos fossem, aos poucos, abandonados.

Chama também a atenção a presença de equipamentos das Subprefeituras e Secretarias Municipais de Educação e Cultura. No caso das subprefeituras, trata-se de antigas sedes administrativas ou serviços locais desativados. Os terrenos e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Educação passaram por outros órgãos até

chagarem à pasta, sendo que não haviam cumprido essa função antes das ocupações culturais. Dois dos três equipamentos vinculados à Cultura foram transferidos, no intuito facilitar o diálogo entre os coletivos ocupantes e a prefeitura, ambos em 2016, são eles: a Ocupação Mateus Santos e Casa HIP HOP Perus.

2. Ocupações Culturais x Urbanismo Neoliberal

A partir de 2017, o diálogo (mesmo que pouco frutífero) que até então estava estabelecido entre o poder público e os movimentos culturais foi prejudicado, uma vez que os antigos interlocutores foram todos demitidos da SMC. Houve tentativas de estabelecer uma aproximação, mas como a visão sobre política cultural era muito diferente, surgiram conflitos. “Nosso foco é a população, não é empoderar coletivos de artistas[7]”, foi uma das primeiras declarações do então secretário de cultura que deixava clara sua visão contrária à ação política dos coletivos culturais. O ápice dos conflitos ocorreu no dia 31 de maio de 2017, quando cerca de 50 agentes culturais ocuparam o andar do gabinete da SMC[8], um dia após integrantes da Ocupação Cultural Mateus Santos serem ameaçados pelo então secretário.

Além dos conflitos diretos com a SMC, a nova gestão municipal comunicou claramente sua intenção de fazer valor os direitos de propriedade e favorecer a iniciativa privada. O slogan “Cidade Linda” (que na prática significa “Cidade Limpa”, inclusive de manifestações de arte de rua e grafites), representa o espírito de “restauração do mercado” almejado pelos atuais gestores municipais.

Mas a ameaça mais concreta à permanência das ocupações culturais é a firme determinação da gestão atual em vender parte dos ativos municipais. Logo nos primeiros meses de gestão, é criada a Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias e o Plano Municipal de Desestatização (Lei Municipal nº 16.703/2017). O plano elenca uma série de diretrizes ao processo de venda de terrenos e edificações públicas, tal como a lista de bens que podem ser privatizados ou concedidos. Outro elemento é a tramitação na Câmara dos Vereadores de um projeto de lei (nº 404/2017) que autoriza a venda ou transferência de todos os imóveis públicos com área igual ou inferior a dez mil metros quadrados[9].

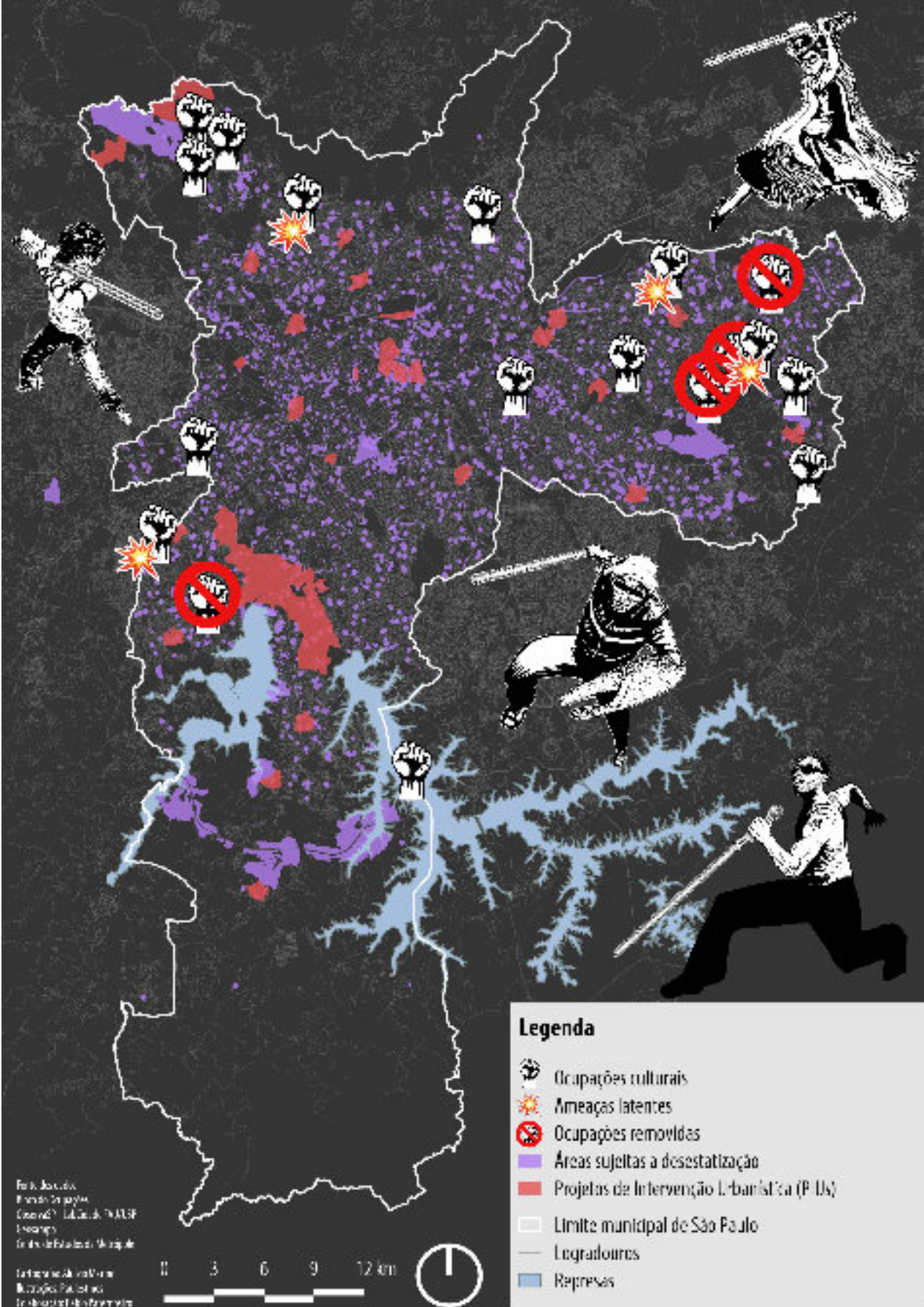
A lógica da privatização em grande escala das terras e bens públicos representa um dos pilares (senão o principal) dessa nova fase do “urbanismo neoliberal” na cidade de São Paulo. Como sabemos, a Constituição brasileira de 1988 estabelece como normativa que rege as formas de regulação e uso do solo urbano o princípio da “função social da propriedade”, isso é, a preponderância da sua dimensão coletiva sobre a individual. Todavia, o que se verifica hoje na capital paulista, é uma crescente desregulação da terra pública que facilita sua alienação ou concessão para o mercado, sem garantia do cumprimento do interesse público na sua utilização (SANTORO et. al, 2017).

Mapa 1. Ocupações Culturais versus Urbanismo Neoliberal (elaboração: Aluizio Marino)

7. Carnaval de rua é exemplo de 'crise do conceito de cidadania', diz secretário de SP: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38901586> (acessado em 13 de agosto de 2019).

8. Secretaria ocupada é ápice da crise entre Sturm e agentes culturais: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/secretaria-ocupada-e-apice-da-crise-entre-agentes-culturais-e-sturm/> (acessado em 13 de agosto de 2019).

9. Somam-se às legislações mencionadas acima as Parcerias Público Privadas (PPP), que garantem terras públicas para a execução de empreendimentos; e os Projetos de Intervenção Urbanística (PIUs) que, entre outros objetivos, proporcionam a transferência de terras para a exploração comercial de terceiros (Santoro & Nunes, 2018).



O mapa 1 ilustra o conflito entre as ocupações culturais e esse processo amplo de privatização e desmobilização de terras públicas. Os mapas, como não são instrumentos neutros, traduzem escolhas, mostram determinados elementos e escondem outros. No caso desse mapa, a escolha da escala privilegiou uma análise da cidade que esconde a localização exata dos espaços e destaca sua presença nas periferias geográficas. Sua simbolização evidencia os territórios impactados pelos projetos e planos de privatização em curso, bem como os conflitos e as resistências das ocupações culturais contra a privatização da cidade.

Os coletivos e ocupações culturais sentiram rapidamente os impactos com o avanço das pautas do urbanismo neoliberal na cidade de São Paulo. Desde o início de 2017, com efeito, foram removidas quatro ocupações. Três dessas[10] possuem total relação com a lógica exposta nessa sessão: o Sacolão das Artes[11], no Capão Redondo, que foi removido em abril de 2018 sob a frágil justificativa de que espaço apresentava riscos para seus usuários – os sacolões municipais, entretanto, são um dos equipamentos previstos no plano municipal de desestatização, e os coletivos ocupantes apontam que, em conversas com a prefeitura regional, foram informados que o local poderia ser concedido para empreendedores por meio de Parceria Público Privada (PPP); e em outubro de 2017, o Barracão das Artes e o Reação Arte e Cultura, que ocupava galpões da COHAB em Itaquera e foram alvos de reintegração de posse por parte da companhia, que, a reboque da prefeitura, prevê vender esses espaços para a iniciativa privada. Documentos oficiais[12] da COHAB confirmam a existência de um Plano de Desmobilização de Ativos, que prevê a venda de 900 imóveis/terrenos da COHAB. Esse plano, entretanto, não foi até o momento apresentado, muito menos uma listagem de quais imóveis/terrenos serão desmobilizados.



Imagem 2. Terreno onde estavam as Ocupações Alma e Reação. Após a demolição, o local não teve nenhum destino e os entulhos permanecem (fonte: Coletivo Coragem).

10. Outro caso de remoção ocorreu na Ocupação Cultural Vila Mara, localizada na região do Jardim Helena, zona leste. O espaço, que entre 2015 e 2017 foi ocupado por coletivos da região (e anteriormente abrigou um telecentro), foi alvo de disputa por parte de atores locais alinhados à atual gestão municipal. Com o apoio da prefeitura regional, uma organização assumiu a gestão do local, mas, devido à permanente falta de recursos, o mesmo encontra-se fechado na maior parte do tempo.

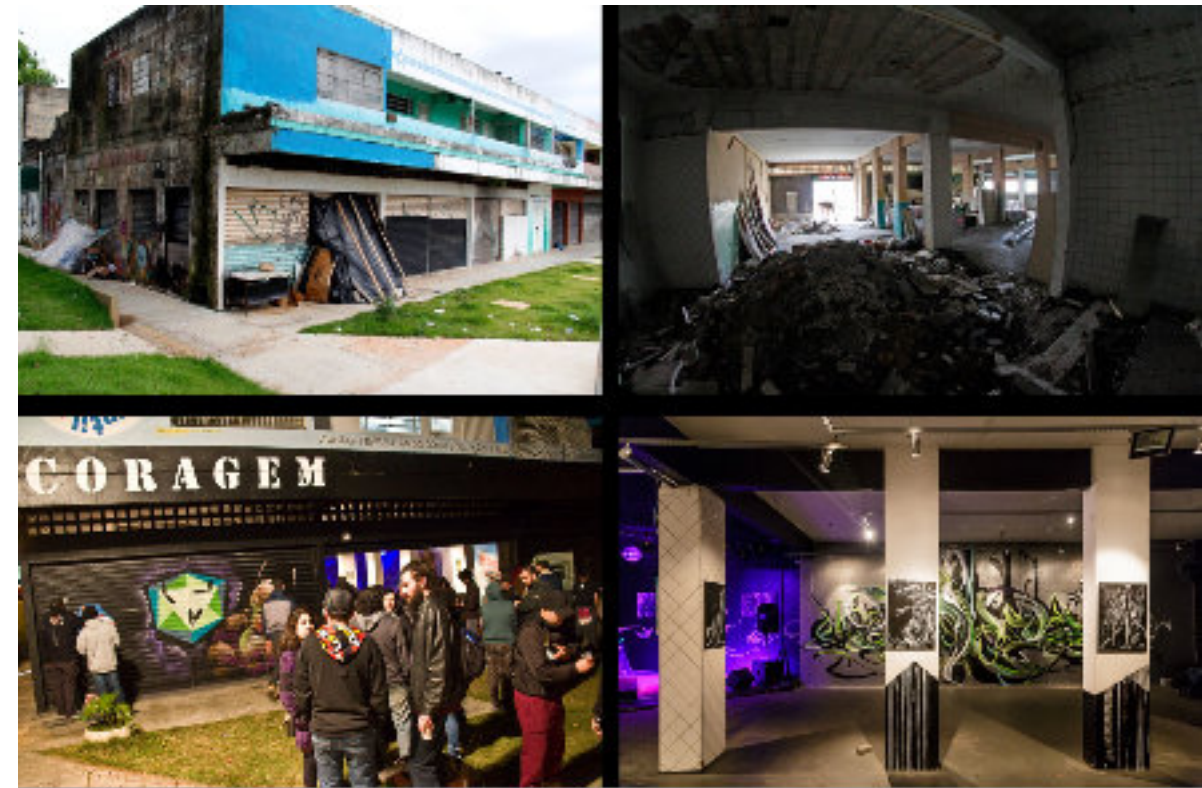
11. Agência Mural. Prefeitura Regional do M'Boi Mirim fecha Sacolão das Artes. São Paulo, 07 de abril de 2018. Disponível em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2018/04/07/prefeitura-regional-do-mboi-mirim-fecha-sacolao-das-artes/> (acessado em 25 de março de 2019)

12. Balanço patrimonial da COHAB (2017): <http://cohab.sp.gov.br/arquivos/balanco.pdf>

Imagem 3. Sequência de fotos mostram o antes e o pós ocupação. Fonte: Acervo Coragem

A foto acima foi tirada no dia 9 de outubro de 2018, na Avenida Prof. João Batista Conti, à altura do nº 1200, no Conjunto José Bonifácio, em Itaquera. No local havia galpões e salas comerciais da companhia que foram demolidos em abril do mesmo ano. Até a data de elaboração deste artigo a situação permanece a mesma. Os antigos ocupantes relatam que o cenário de abandono intensificou conflitos no bairro, além da sensação de insegurança e do fato de que o acúmulo de entulho e lixo atrai ratos e outros vetores de doenças; o lugar também se transformou em uma cena de uso de drogas.

Além das ocupações já removidas, existem outras sob ameaça latente de remoção, como é o caso da Okupação Cultural CORAGEM e mais três ocupações localizadas em espaços que pertencem à COHAB. A Okupação Coragem fica em um galpão onde inicialmente havia um pequeno mercado; após o mercado fechar no início dos anos 2000, o espaço permaneceu abandonado até 2015.



A Okupação Coragem merece destaque por conta do seu lugar estratégico para articulação dos coletivos culturais da zona leste. Sua localização privilegiada a tornou um ponto central que facilita o encontro para quem mora na região. Não por acaso, a Okupação Coragem é o local onde acontecem os encontros de articulação entre

os coletivos organizados no Fórum de Cultura da Zona Leste e no MCP.

Dentre as ocupações ameaçadas, existem dois casos que aparentemente não têm relação direta com o processo em massa de privatização: a Ocupação Cultural Mateus Santos, em Ermelino Matarazzo, que em 2017 foi alvo de críticas e ataques por parte da Secretaria de Cultura. O espaço chegou inclusive a ser interditado pela prefeitura regional, tendo o fornecimento de água e luz cortados. Mesmo com as adversidades, a ocupação permanece ativa, atendendo diariamente a comunidade do entorno, com diversas atividades [13]; e o Espaço Cultural Jardim Damasceno, localizado na região da Brasilândia que, após arrecadar recursos (via um financiamento online colaborativo) para a construção de uma escola de permacultura, teve as obras embargadas e o espaço interditado pela prefeitura regional. Contudo, apesar de ambos os casos não serem percebidos como tendo relação direta com o processo em massa de privatização, os mesmos podem ser creditados aos embates da nova gestão pública (empresarial) da cidade.

3. Organizando as múltiplas resistências

No dia 23 de novembro de 2016 (já decidido em primeiro turno o pleito eleitoral desse ano na cidade), aconteceu uma roda de conversa na Ocupação Cultural Mateus Santos, em Ermelino Matarazzo, com a temática "gestão compartilhada de equipamentos culturais", onde foram discutidas alternativas que pudessem vir a garantir a autonomia e a horizontalidade na gestão de equipamentos públicos e espaços culturais independentes na cidade de São Paulo. Claramente, tratava-se de uma tentativa de começar a organizar as múltiplas resistências que seriam necessárias no embate com a nova gestão. Havia entre os presentes treze representantes de ocupações culturais, mas também representantes de outros coletivos, trabalhadores da cultura e gestores públicos.

Durante as manifestações dos participantes, foram elencadas uma série de alternativas/potencialidades e desafios/limites relacionados à gestão compartilhada desses espaços. A ideia dos organizadores era produzir uma cartografia que sistematizasse os resultados da discussão, de modo que as alternativas pudessem ser visualizadas em conjunto, como parte de uma luta comum no âmbito da metrópole. O resultado final é o mapa 1 a seguir, no qual é possível verificar a síntese das principais contribuições, bem como localizar a região de origem de cada uma delas.

Pelo fato de ter sido um encontro bastante representativo e legitimado pelas ocupações culturais das periferias, foi possível aproveitar o acúmulo dos "desafios e limites" sistematizados na cartografia para identificar aqueles que remetem a uma problemática comum. Assim, haveria pelo menos quatro questões principais para serem destacadas:

Mapa 2. Facilitação cartográfica do encontro "Gestão compartilhada de equipamentos culturais" (Fonte: Bloco de Ocupações. Facilitação: Aluízio Marino e Pablo Paternostro)

13. Casa de Cultura de Ermelino Matarazzo amplia atividades para resistir a fechamento. Rede Brasil Atual. 05 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.redebrasilatu.com.br/entretenimento/2018/02/casa-de-cultura-de-ermelino-matarazzo-amplia-programacao-para-resistir-a-fechamento> (acessado em 25 de março de 2019)



- (i) *Escassez e “sucateamento” dos equipamentos culturais.* Historicamente na cidade de São Paulo existe uma péssima distribuição dos equipamentos culturais pelo território, com abundância nas áreas centrais e escassez nas periferias. As Casas de Cultura foram criadas na Gestão Luiza Erundina a partir da Lei Municipal nº 11.325/1992; à época a lei determinava a criação de vinte casas de cultura, porém, após mais de duas décadas, existem apenas 18 desses equipamentos, segundo dados da Secretaria Municipal de Cultura[14]. Essa desigualdade foi um pouco reduzida após a implementação dos Centros Educacionais Unificados, entretanto, persiste uma discrepância que é inclusive destacada em um diagnóstico da gestão municipal da cultura, publicado em 2016 no Caderno de Consulta Pública do Plano Municipal de Cultura[15]. Dos equipamentos existentes, boa parte encontra-se com condições estruturais aquém das necessárias.
- (ii) *Ausência de participação social descentralizada.* Nos poucos equipamentos de cultura existentes regiões periféricas da cidade, a participação social é incipiente. A lei das Casas de Cultura prevê em seu artigo 7º a existência de conselhos gestores formados majoritariamente por produtores culturais locais, mas foram poucas as experiências de conselhos que chegaram a se concretizar. Essa característica não se limita somente às Casas de Cultura, a maioria dos equipamentos não possui conselhos ou outras instâncias “formais” de participação. A percepção dos coletivos é de que os equipamentos culturais que estabelecem diálogo com a comunidade e os artistas e agentes culturais locais são exceção, a depender principalmente de quem é o(a) responsável pela coordenação desses espaços. Nesse sentido, as experiências mais bem-sucedidas seriam quando os gestores dos equipamentos possuem vínculos com o território e com as coletividades atuantes.
- (iii) *Gestão privada dos equipamentos existentes.* O modelo de gestão por Organizações Sociais ganhou força na gestão da Secretaria de Estado da Cultura nas últimas duas décadas. Com base na experiência estadual, surgiu como meta para o atual governo municipal a implementação desse modelo. Na prática, o modelo de Organização Social é um modelo de gestão privada, que repassa a responsabilidade para organizações sem fins lucrativos de grande porte. Essas organizações recebem repasses para a execução de um contrato de gestão, orientado por metas principalmente de cunho quantitativo. A gestão privada desses espaços é permeada por conflitos, o caso mais emblemático foi a

14. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/casas_de_cultura/ (acessado em 13 de agosto de 2018)

15. Caderno de consulta pública do Plano Municipal de Cultura: <https://issuu.com/smcsp/docs/pmcsp2016> (acessado em 13 de Agosto de 2018)

ocupação da Fábrica de Cultura do Capão Redondo, quando aprendizes manifestaram sua insatisfação com a gestão, que decidiu diminuir o atendimento da biblioteca sem consultar a comunidade. A falta de participação social na tomada de decisões desencadeou uma ocupação protagonizada por crianças e adolescentes (aprendizes das oficinas culturais desenvolvidas no espaço), que foram silenciadas e tratadas sem nenhuma sensibilidade por parte dos gestores. Nesse sentido, afirma-se que as ocupações culturais não se insurgem apenas contra a ausência ou escassez de equipamentos culturais, como também se colocam como uma alternativa à gestão privada dos espaços culturais da cidade.

- (iv) *Cultura política clientelista e os conflitos com os poderes locais.* Os conflitos com as diversas instâncias do governo local são constantes. Muitos coletivos e ocupações culturais são estigmatizadas e criminalizadas. Em algumas ocasiões, as instâncias públicas também operam na base da “barganha” eleitoral, tentando adotar mecanismos de favorecimento e clientelismo. Nas Subprefeituras, a figura do supervisor de cultura é, muitas das vezes, indicação política de vereadores e/ou lideranças locais alinhadas à gestão. Os profissionais que poderiam facilitar a articulação entre coletivos e potencializar a dinâmica cultural do território cumprem funções com objetivos eleitorais, privilegiando uma perspectiva populista da cultura, com eventos, shows e espetáculos da indústria cultural. Pelo fato de que a maior parte dos coletivos e ocupações culturais operam na chave da autonomia, os conflitos com os poderes locais – acostumados com práticas clientelistas – são frequentes.

Como dissemos, a partir de 1 de janeiro de 2017, o diálogo mantido até então com a gestão municipal foi interrompido. Por outro lado, inicia-se uma política de privatizações, concessões e parcerias público-privadas destinadas a reduzir a participação dos órgãos do Estado na regulação dos espaços públicos. Nesse contexto, as ocupações culturais da periferia começam a sentir a pressão sobre suas precárias conquistas, sobretudo em termos de remoção. Longe de permanecerem isolados, entretanto, os coletivos intensificam sua organização. O Movimento Cultural das Periferias vem realizando encontros territoriais, circulando pelas ocupações e espaços culturais independentes da cidade, mantendo uma pauta comum de luta. De fato, o Movimento Cultural das Periferias, onde as demandas do Bloco de Ocupação encontram ressonância, continua ativo na elaboração de reivindicações e demandas ao poder público, tal como a Lei de Fomento à Cultura das Periferias que também contempla a singularidade das ocupações culturais.

Discutindo cidadania a partir das ocupações culturais (à guisa de conclusão)

Embora focado nos processos de acesso à moradia e à propriedade nos territórios periféricos, James Holston (2013) nos convida a pensar as lutas na cidade em termos de “cidadania insurgente”. Tratar-se-ia, fundamentalmente, de uma cidadania que se conquista a partir de experiências concretas na luta pelos direitos, e que assume, no âmbito da cidade (ou da metrópole), uma dimensão específica: o direito de fazer parte dela de maneira igualitária e sem distinções. Como a experiência histórica da classe trabalhadora tem demonstrado, a maioria dos direitos conquistados tem sido objeto de longas batalhas políticas até alcançar os patamares de institucionalidade necessários para serem garantidos.

Parte dessas experiências concretas são, sem dúvida, as ocupações – e é aqui, acreditamos, onde a ideia de “insurgência” adquire todo seu potencial enunciativo. Isso ficou bastante claro na introdução, quando tratamos das ocupações por moradia como uma forma legítima de acesso à habitação. No caso das ocupações culturais, a insurgência é contra a falta de equipamentos culturais e políticas públicas de fomento à cultura da periferia, assim como também contra as diversas formas de cerceamento da produção cultural independente (ou mesmo contra cultural). Na verdade, as ocupações culturais da periferia expressam uma dupla contestação: contra a cidade dos poucos e contra a cultura do establishment. Em ambos os casos, entendemos que a luta pelo direito à expressão em espaços ocupados ou independentes, assim como a própria emergência dos sujeitos periféricos e coletivos culturais, vai ao encontro do conceito de cidadania insurgente proposto por Holston.

Existem ainda mais dois elementos que podem ser arrolados na defesa das ocupações culturais. O primeiro é a estreita relação que as mesmas guardam com as problemáticas sociais, sobretudo na periferia. Como sabemos, esses territórios são atravessados por linhas de força que arrastam boa parte dos jovens para atividades que, ou bem clausuram qualquer perspectiva de futuro, ou bem colocam em risco sua própria vida – e, geralmente, ambas alternativas se apresentam juntas. Nesse sentido, as ocupações culturais representam uma via de escape a essas forças, propondo transformar sua energia contida em possibilidades de expressão, sem perder sua perspectiva de antagonismo e crítica social. O terreno da luta, enfim, passa a ser o da subjetividade, isto é, o embate pela representação do mundo. A agenda contra o genocídio e o encarceramento em massa praticados pelo Estado e o destaque que a questão tem ganhado são demonstrações disso, já que os coletivos culturais são um dos principais movimentos que trabalharam essa pauta nas últimas duas décadas.

O segundo é a capacidade de inovação política que essas experiências trazem embutidas. Por um lado, os coletivos precisam se constituir

enquanto grupo, o que pressupõe o estabelecimento de algumas definições básicas: objetivos, participantes, formas de organização, ativismos, realizações, etc., assim como também o modo de desenvolvimento das atividades culturais e a procura de recursos. Pelo outro lado, no que diz respeito às ocupações, elas exigem o desenho de uma estratégia, um cálculo de oportunidades e, evidentemente, uma grande dose de coragem. Assim, desde o ponto de vista das práticas da autonomia, trata-se de um movimento que não tem receitas prontas, o que estimula os participantes a encontrarem os meios adequados para sustentar sua escolha.

Eis o aprendizado.

Referências

- BEY**, Hakim. *TAZ – Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad, 2001.
- BORDA**, Orlando Fals. *Por la praxis: El problema de cómo investigar la realidad para transformarla*. Federación para el Análisis de la realidad Colombiana (FUNDABCO). Bogotá, Colombia. 1978.
- BOULOS**, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto*. São Paulo: Scortecci, 2012.
- FELIPE**, Alan. *Guarda Civil invade espaço autônomo no Anhangabaú*. Vaidapé, São Paulo, 19 de junho de 2014. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2014/06/gcm-invade-espaco-autonomo-no-anhangabau/> (acessado em 25 de março de 2019)
- HARVEY**, David. *Cidades rebeldes*. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Trad. Daniela Frabasili e Laís Bellini.
- HENGLER**, Claudia I.; **SALVADOR**, Marlene A. “Quilombos urbanos: a resistência cultural negra na cidade de São Paulo”. In: *Educação em foco/UNISEPE*, edição 2014, pp. 72-118.
- HOLSTON**, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2013. Trad. Cláudio Carina.
- MARCOS**, Plínio. *Histórias das quebradas do mundaréu*. Rio de Janeiro: Nórdica. 1973.
- MARTINS**, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica. Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora/34, 2008.
- MOVIMENTO CULTURAL DAS PERIFERIAS**. *Carta do Bloco de Ocupação Cultural de espaços públicos*. Disponível em: <https://www.facebook.com/MovimentoCulturalDasPeriferias/posts/1640615959485192/> (acessado em 15 de julho de 2019)
- PARRA**, Adriano. *Dialética da experiência: fruição e cotidianidade em luta na ocupação Cambridge*. São Paulo: PGT/UFABC, 2019 (dissertação de mestrado).
- ROLNIK**, Raquel. Territórios Negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, R. E. (org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Ed. Autêntica, São Paulo, 2007.
- SANTORO** et al. “O papel das terras públicas na mobilização do Estado

pelo capital em São Paulo”. In: Rolnik et al (orgs.), *Cidade Estado-Capital: reestruturação urbana e resistência em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 2018.

TIARAJU, Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2013.

SILVA, Gerardo; **CORSINI**, Leonora. “Além das reivindicações, explorar as brechas democráticas abertas pelas jornadas de junho no Brasil”. In: Silva, Gerardo; Corsini, Leonora (org.) *Democracia x Regimes de Pacificação*. São Paulo: Annablume, 2015.

VAL, Ana Paula do; **LIMA**, Luciana Piazzon; **OLIVEIRA**, Maria Carolina Vasconcelos; **PINTO**, Viviane Cristine (Org.). *Participação e cidadania cultural: a experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo*. São Paulo: SMC, 2014. Disponível em: https://issuu.com/smcsp/docs/publicacao_terceira_conferencia_mun (acessado em 25 de julho de 2019)

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

***Aluizio Marino** é Doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisador do LabCidade/FAUUSP.

Gerardo Silva é Professor do Programa de pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (PPGT/UFABC).